

Saber mais

A Agricultura é um sector chave para garantir a erradicação da pobreza e a segurança alimentar. O seu papel predominante no alívio da pobreza, no crescimento económico e em atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é vastamente reconhecido. Na maioria dos países África, Caraíbas e Pacífico, a agricultura é responsável por 30 % do Produto Interno Bruto e emprega 65 % da força de trabalho, das quais 70-80% são mulheres.

Perante estes números torna-se evidente que populações dos países em desenvolvimento precisam de assegurar o acesso à terra, água, dinheiro, tecnologias e serviços agrícolas, mercados e oportunidades para empresas, e ainda assegurar a sua influência e poder organizacionais, através da defesa dos seus interesses e da exploração de oportunidades emergentes.

O ACESSO À TERRA, DESAFIO CRUCIAL

Em África, se cada país dispõe de um regime fundiário original, ele resulta o mais das vezes de um casamento forçado entre direito privado, importado pelos colonizadores, e direito colectivo ou consuetudinário. Cada sistema fundiário arrasta consigo um modo de produção: baseado na monocultura (com as culturas de exportação, como o café ou o amendoim), no modelo “ocidental”; multifuncional e, muitas vezes, mais respeitador dos equilíbrios ecológicos, no segundo caso Mas o regime fundiário não regula tudo. Outros factores têm muito peso, a começar pela migração das populações que fogem dos conflitos e da miséria, ou ainda o conflito que opõe os agricultores e os caçadores e as autoridades dos parques naturais

In Questões abertas, ACP-Courier, Junho-Julho 2008

O crescimento do sector agrícola será fundamental para alcançar o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, que consiste na redução, para metade, das pessoas subnutridas, até 2015.

Contudo, devido às crises alimentar, energética, financeira e económica vividas nos últimos anos será particularmente difícil atingir esse objectivo. São muitos os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam neste âmbito:



:: como criar oportunidades iguais para as mulheres

:: como criar as condições necessárias de adaptação às alterações climáticas e mitigação dos efeitos de degradação ambiental

:: como promover a utilização de biocombustíveis, a investigação e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras

:: como combater a disseminação da SIDA e outros problemas de saúde típicos das zonas rurais

:: e como acabar com as situações de conflito.

Para dar resposta a estas questões fulcrais para o Desenvolvimento e para o sucesso da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, a União Europeia, como principal parceira comercial dos Países em Desenvolvimento e principal doadora de Ajuda Pública ao Desenvolvimento um papel importante a desempenhar através da cooperação para o desenvolvimento e através da sua política agrícola comum – PAC.

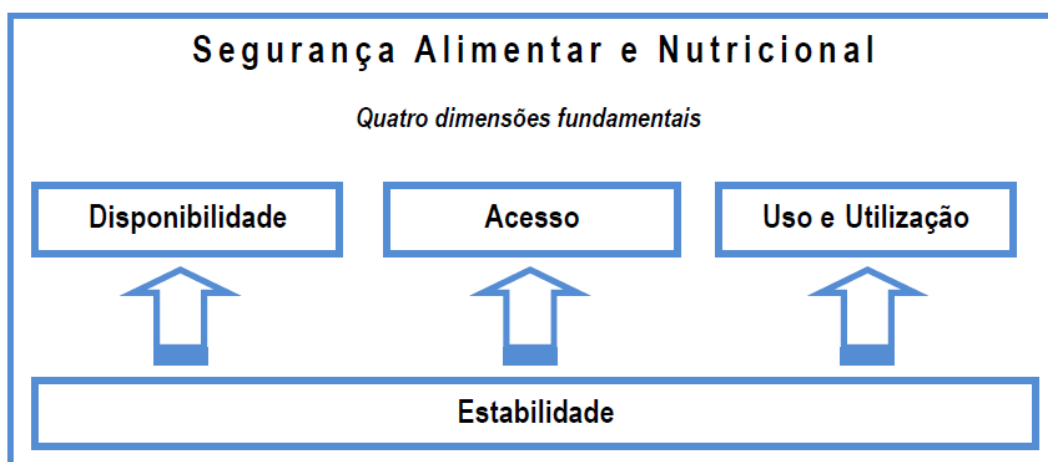
A política agrícola da União Europeia está em constante evolução. Há 50 anos, a sua principal prioridade era produzir alimentos suficientes numa Europa que emergia de uma década de escassez causada pela guerra. Actualmente O objectivo da política da UE é permitir que os produtores de todos os alimentos - cereais, fruta, produtos hortícolas, produtos da pecuária ou vinho – sejam capazes de sobreviver, pelos seus próprios meios, no mercado da UE e nos mercados mundiais. Na sua mais recente comunicação “A PAC no horizonte 2020: Alimentação, recursos naturais e territoriais – responder aos desafios do futuro”, ficou claro que a nova reforma pretende tornar o sector agrícola europeu mais dinâmico e competitivo com vista a estimular um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo.

O impacto das decisões da PAC são imediatos, directos e muitas vezes devastadores nas economias dos países em desenvolvimento.

As políticas agrícolas dos Países Desenvolvidos têm igualmente um forte impacto na segurança alimentar dos Países em Desenvolvimento

“Existe **segurança alimentar** quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável.”

In: Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (FAO, 1996)



A solução da actual crise alimentar passará, eventualmente, pela promoção da auto-suficiência alimentar, pela melhoria da eficiência energética na produção alimentar e pela redução dos desperdícios alimentares. Adicionalmente, será necessário que os parceiros dos países em desenvolvimento, do qual se destaca a União Europeia, reavaliem as necessidades sentidas por esses países e adaptem os seus planos de ajuda às mesmas.

Tendo em vista atenuar os impactos negativos acumulados da PAC nos países em desenvolvimento, a Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu num projecto de parecer dirigido à Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural “exorta a UE a usar as suas políticas no domínio do comércio e do desenvolvimento para promover práticas agrícolas sustentáveis e a soberania alimentar nos países em desenvolvimento, visto que é essencial acautelar a segurança alimentar dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento importadores líquidos de alimentos, abolir a ocupação ilegal de terras, garantir os direitos de propriedade dos pequenos agricultores e dos agricultores autóctones e pôr fim aos monopólios de sementes e à dependência de pesticidas especializados.

Importa ainda referir que alguns dos actuais instrumentos da PAC visam proteger o sector agrícola europeu contra as importações a baixos preços e as flutuações dos preços internacionais, e em muitos casos contribuem para que a União Europeia exporte produtos agrícolas a preços bem abaixo dos custos de produção. Uma prática que se pode considerar como *dumping* quando as exportações a preços artificialmente baixos da UE vão para os países em desenvolvimento prejudicando assim os agricultores locais. Uma vez que são os mais pobres os mais vulneráveis ao *dumping* e à volatilidade dos preços podemos afirmar que a actual PAC é incoerente com a Política de Desenvolvimento da UE.

A melhoria das redes de distribuição e uma maior ligação entre os pequenos agricultores e os mercados, numa lógica de integração regional é igualmente indispensável na luta contra a insegurança alimentar.

O setor de lácteos é um dos mais fortemente subsidiados e distorcidos setores do comércio agrícola global. Subsídios, particularmente aqueles pagos às exportações, tem forte influência nos preços globais da indústria lácteos e no modo de vida dos produtores de leite ao redor do mundo

Em 2009, e perante a crise do sector lácteo na Europa, os **Produtores de leite europeus receberam ajuda de 280 milhões de euros para superar a crise. Se para os produtores rurais europeus, tais subvenções são uma ajuda, para os africanos, no entanto, elas são uma catástrofe.** Pois o excedente da produção de leite da UE é transformado em leite em pó, que é vendido então na África a preços de dumping.

A CE destaca a reintrodução dos subsídios à exportação de produtos lácteos em 2009 como uma intervenção bem sucedida no mercado, embora este ano o Parlamento Europeu conclua que os subsídios europeus à exportação de produtos lácteos constituem "uma violação flagrante dos princípios fundamentais da coerência das políticas para o desenvolvimento".

A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais

“O principal papel da agricultura é fornecer alimentos. Uma vez que a procura mundial vai continuar a aumentar no futuro, a UE deve poder dar o seu contributo no domínio da procura mundial de alimentos. É, portanto, essencial que a agricultura europeia mantenha a sua capacidade de produção e a melhore, respeitando os compromissos assumidos pela UE no quadro das relações comerciais internacionais e da coerência das políticas em matéria de desenvolvimento “

http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/communication/com2010-672_pt.pdf

Para que a PAC seja coerente, alinhada aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e capaz de responder aos novos desafios demográficos, sociais, económicos e climatéricos é necessário que a PAC pós-2013 elimine todos os subsídios à exportação e que dissocie os pagamentos directos da produção, de forma a criar condições de concorrência equitativas entre os produtos agrícolas da UE e os dos países em desenvolvimento.

Fontes: United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) <http://www.fao.org/>

Documento de Trabalho de capacitação do Fórum Políticas Públicas para a Agricultura e Segurança Alimentar, Setembro de 2010, IMVF www.imvf.org